

Nota Informativa

Edição 140/2023

DESTAQUES

Regulação das plataformas digitais é 'desafio inevitável', diz ministro da Justiça

Lula cria Ministério do Empreendedorismo e da Microempresa

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Mais 212 municípios têm faixa de frequência do 5G liberada

Secretaria de Governo Digital promove evento sobre gerenciamento de projetos e cibersegurança

Literacia digital de alunos e professores é chave em políticas de conectividade de escolas

Um terço da população mundial permanece sem acesso à Internet

3 em cada 4 pequenas empresas usam ferramentas digitais para fazer negócios

Brasil é um dos países mais fiéis ao comércio eletrônico

Drex, a moeda digital nacional, teve 500 operações de 11 instituições em 50 dias de piloto

Governo sinaliza apoio a polo tecnológico binacional na fronteira Brasil-Uruguai

'Big techs' devem pagar por conteúdo jornalístico nas redes, afirma especialista

Anatel sozinha não daria conta de regulação digital, diz diretora da ANPD

Comissão da Inteligência Artificial aprova plano de trabalho

Comissário da UE propõe atuação conjunta com Brasil no ambiente digital

Especialistas defendem ajustes na minuta para transferência internacional de dados

Comissão de IA mira ANPD como principal autarquia reguladora

Inteligência Artificial: a linha de frente do avanço industrial

REFORMA TRIBUTÁRIA

Congresso reduziu espaço para cashback na reforma tributária, diz Appy

Prefeitos vão ao Senado e pedem cinco mudanças na reforma tributária

Fazenda descarta telecom na alíquota reduzida da reforma tributária

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Equilíbrio fiscal não se faz só pela receita, diz Efraim Filho

Queremos aprovar a desoneração da folha em outubro, diz Efraim Filho

IBP critica mudanças na tributação do ICMS nos Estados

Governo antecipará R\$ 10 bi para compensar perda de ICMS

Representante de companhias abertas critica MP que muda tributação sobre incentivos fiscais

EDUCAÇÃO

Juscelino Filho pressiona teles por controle de entidade que tem R\$3 bi para conectividade escolar

INFRAESTRUTURA

FGTS vai receber R\$ 4 bi de volta de seu fundo de investimento

Portaria sobre postes sai ainda em setembro, afirma Juscelino

MEIO AMBIENTE

Para advogado-geral da União, desenvolvimento econômico deve incorporar agenda da sustentabilidade

ORÇAMENTO

‘A partir de 2024, com avaliação de políticas públicas, falaremos de corte de gastos’, diz Tebet

Debatedores avaliam possível aumento das despesas permitido pelo novo arcabouço fiscal

Novo arcabouço elevou o status do orçamento público e é potente do ponto de vista fiscal, diz Paulo Bijos

POLÍTICA

“Queremos estabelecer um diálogo intenso com o Congresso para acelerar investimentos no Brasil”, afirma Rui Costa em agenda na FCS

Centrão descarta Margarete Coelho no comando da Caixa e espera receber banco de 'porteira fechada'

Governo vai discutir recursos para municípios em fórum

Mercado potencial de games no Brasil é tema de audiência

PSDB diz que vai manter Eduardo Leite na presidência do partido e recorrerá de decisão judicial

RELAÇÕES EXTERIORES

UE quer concluir acordo comercial com Mercosul neste ano, diz Von der Leyen

TRABALHISTA

Governo cria grupo de trabalho para combater desigualdade salarial

DESTAQUES

Regulação das plataformas digitais é ‘desafio inevitável’, diz ministro da Justiça

Poder Executivo | 13/09/2023 – 13h35min

O ministro da Justiça, Flávio Dino, defendeu na quarta-feira (13) a regulação das plataformas digitais por meio do Congresso Nacional. Durante audiência pública da Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD), Dino classificou o controle das empresas de internet como “um desafio inevitável e inafastável”. — É falsa a antinomia (contradição) entre quem defende regulação e quem defende liberdade de expressão. Isso é uma falácia. Na verdade, quem defende a regulação defende a liberdade de expressão, que em nenhum país do mundo significa vale tudo. Liberdade de expressão é sempre regulada. Sempre, em qualquer país do planeta Terra. A família é regulada, o casamento é regulado, mas as plataformas digitais não podem ser reguladas em nome da privacidade? Isso é um paradoxo, uma contradição que não se sustenta de pé. Esse desafio de regulação é inevitável, é inafastável — argumentou. O ministro da Justiça foi convidado para discutir as diretrizes do Poder Executivo na área de Direito Digital. O presidente da CCDD, senador Eduardo Gomes (PL-TO), defendeu a harmonização de temas como políticas, legislação e regulamentação do direito digital. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Lula cria Ministério do Empreendedorismo e da Microempresa

Poder Executivo | 13/09/2023 – 11h15min

O governo federal criou na 4ª feira (13.set.2023) o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. A MP (medida provisória) foi publicada no DOU (Diário Oficial da União). Eis a [íntegra](#). O 38º ministério do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) servirá para abrigar Márcio França (PSB), depois de sua saída de Portos e Aeroportos. O anúncio de que França seria substituído no controle do órgão pelo deputado Silvio Costa Filho (Republicanos-PE) foi oficializado há uma semana, em 6 de setembro. A indicação do congressista fez parte de uma reforma ministerial arquitetada para abrigar mais

integrantes do Centrão na Esplanada. O novo ministério é criado a partir do desmembramento do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, cujo comando é do vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB). Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Mais 212 municípios têm faixa de frequência do 5G liberada

Poder Executivo | 13/09/2023 – 15h14min

A partir da próxima segunda-feira (18), a faixa de 3,5 GHz estará liberada para a ativação de estações de 5G standalone em mais 212 municípios brasileiros. Operadoras que adquiriram lotes nesta faixa poderão solicitar à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) o licenciamento e ativação de estações da quinta geração de dados móveis. No total, já são 2.024 municípios em que a faixa de 3,5 GHz foi liberada, onde vivem mais de 150 milhões de brasileiros – cerca de 70% da população do País. Das 212 cidades em que a faixa será liberada, 110 ficam localizadas no Paraná; 55 no Rio Grande do Sul; 18 no Rio de Janeiro; 14 em Minas Gerais; 10 em Santa Catarina e 5 no Espírito Santo. Importante ressaltar também que, com essa liberação, todos os municípios do Rio de Janeiro já possuem a faixa do 5G liberada. A liberação foi anunciada na tarde de quarta-feira (13) em coletiva de imprensa realizada na sede da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), em Brasília (DF), após a 22ª Reunião Ordinária do Grupo de Acompanhamento da Implantação das Soluções para os Problemas de Interferência na faixa de 3.625 a 3.700 MHz (Gaispi). Fonte: ASCOM MCom

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Secretaria de Governo Digital promove evento sobre gerenciamento de projetos e cibersegurança

Poder Executivo | 13/09/2023 – 10h49min

Na terça-feira (12), foi realizado o evento 'Café com Projetos – Gerenciamento de Projetos e Cibersegurança', no auditório da Dataprev, em Brasília (DF). O encontro foi promovido pela Secretaria de Governo Digital (SGD) do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) em parceria com o Project Management Institute (PMI-DF) e apoio da Dataprev. A iniciativa teve como objetivo refletir e trocar experiência sobre as temáticas. "Esse restabelecimento da parceria é fundamental para todos os órgãos da SISP. É fundamental estreitar essa relação e aumentar o espaço de escuta para que a gente saiba o que o órgão de fato está precisando e como podemos trabalhar em melhorias. É uma agenda que o governo prioriza e interações como essa fazem parte do processo", reforçou o secretário de Governo Digital do MGI, Rogério Mascarenhas, durante abertura. "Acho que cada vez mais a gente tem que ter uma visão projetizada, de acompanhamento e monitoramento", finalizou. Já a presidenta do PMI-DF, Cristina Duarte, explicou que o Instituto possui várias iniciativas similares de capacitação e discussão na área de gestão e projetos. "Realizamos constantemente diversos eventos, webinars e rodas de discussão. Estamos com a casa aberta para receber todos os órgãos que estão aqui e compõem o SISP", disse. Fonte: ASCOM MGI

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Literacia digital de alunos e professores é chave em políticas de conectividade de escolas

Mercado | 13/09/2023 – 00h38min

O processo de inclusão das unidades escolares passa também por uma literacia

digital de professores e alunos no uso da tecnologia. Este é o consenso entre os participantes do debate que discutiu conectividade com qualidade e acessível, no Painel Telebrasil Summit 2023, que aconteceu na tarde de terça-feira, 12, em Brasília. Renato Gasparetto, Vice-presidente de Relações Institucionais e Sustentabilidade da Vivo, apontou que a escola é um ambiente de segurança, com forte impacto na sociedade ao seu redor e que, por isso, a conectividade é um elemento importante, mas é preciso capacitar alunos e professores para que a infraestrutura ali colocada funcione com suas potencialidades. Ele destacou que a operadora Vivo oferece, por exemplo, um curso piloto de ciência de dados em três estados da federação. "Temos observado um grande retorno dos jovens que participam do curso. Notamos um grande interesse dos jovens no tema", apontou Gasparetto. "A digitalização é inclusão social e de trabalho também", prosseguiu. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Um terço da população mundial permanece sem acesso à Internet

Mercado | 13/09/2023

Mais pessoas estão conectadas do que nunca, contudo, de acordo com os dados mais recentes da UIT, a agência especializada da ONU para a tecnologia, o número de pessoas em todo o mundo que não estão ligadas à Internet caiu para cerca de 2,6 bilhões em 2023. A redução dos estimados 2,7 bilhões de pessoas em 2022 deixa 33% da população mundial offline em 2023 — 67% da população mundial está agora online, ou seja, cerca de 5,4 bilhões de pessoas. A conectividade melhorada é mais um passo na direção certa e mais um passo no sentido de não deixar ninguém para trás no apoio aos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, afirmou a Secretária-Geral da UIT, Doreen Bogdan-Martin. A aceleração é necessária para oferecer benefícios digitais a todos. De acordo com estimativas iniciais, o crescimento da conectividade à Internet continua a ser maior nos países de baixo rendimento, onde os dados indicam que os utilizadores da Internet aumentaram cerca de 17% no ano passado. No entanto, menos de um terço das pessoas estão ligadas à Internet nestes países. As últimas estimativas globais confirmam que o crescimento de dois dígitos na conectividade à Internet observado em 2020, durante a fase aguda da pandemia da Covid-19, foi de curta duração. E as tendências atuais não são suficientemente fortes para garantir o alcance do objetivo de conectividade universal e eficaz em 2030, com todos tendo capacidade de desfrutarem de uma experiência online segura, satisfatória, enriquecedora e produtiva a um custo acessível. Isso requer uma abordagem abrangente que aborde as infraestruturas, bem como outros fatores, como a acessibilidade e as competências. Fonte: Abranet

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

3 em cada 4 pequenas empresas usam ferramentas digitais para fazer negócios

Poder Executivo | 13/09/2023

Os empreendedores que utilizam a internet, os aplicativos de mensagens e as redes sociais para fazer negócios já representam 3 em cada 4 pequenas empresas do país. É o que aponta a 4ª edição da pesquisa Pulso dos Pequenos Negócios, realizada pelo Sebrae em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esse é o melhor resultado de toda a série histórica da pesquisa iniciada logo após a chegada da pandemia de Covid-19 ao Brasil. Em maio de 2020, 59% das micro e pequenas empresas haviam digitalizado seu negócio. O levantamento mostra uma evolução de 6 pontos percentuais quando comparado à edição anterior da pesquisa feita no último mês de abril, quando 69% do universo das MPE utilizava ferramentas digitais para impulsionar as vendas. Entre os Microempreendedores Individuais (MEIs), a proporção identificada em julho é ainda maior (76%), enquanto as micro e pequenas atingiram 73%. De acordo com o presidente do Sebrae, Décio Lima, o comportamento dos clientes mudou definitivamente, forçando as

empresas a se adequarem a este novo modelo de consumo, incorporando as estratégias digitais ao negócio. “Essa é uma mudança que veio para ficar. No próprio portal do Sebrae, já havíamos identificado um crescimento de 220% na procura por conteúdos sobre o mercado digital, somando 8 milhões de acessos entre 2019 e 2022”, comenta. Fonte: Abranet

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Brasil é um dos países mais fiéis ao comércio eletrônico

Poder Executivo | 13/09/2023

Entre 2019 e 2022, o valor de bens e serviços trocados on-line no Brasil totalizou R\$ 450 bilhões, de acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). O valor é mais do que o dobro do registrado no período de 2016 a 2019, quando foi de apenas R\$ 178,07 bilhões. O crescimento, é claro, é parcialmente explicado pela pandemia da COVID-19 e pela mudança radical no comportamento do consumidor, mas também tem a ver com o fato de que os brasileiros simplesmente adoram o comércio eletrônico. Segundo dados da YouGov, multinacional especializada em pesquisa de mercado on-line, 55,1% dos adultos do país dizem que preferem comprar coisas on-line em vez de em lojas físicas. A porcentagem está substancialmente acima da média geral da América Latina, que é de apenas 35,1%. Mas o caso de amor do Brasil com o comércio eletrônico também se destaca no cenário global: em média, apenas 40,1% dos entrevistados em todo o mundo dizem que preferem fazer compras on-line, um número estatisticamente inferior ao do Brasil. “De fato, o Brasil está entre os países que mais valorizam o comércio on-line. Em uma análise regional, nenhuma área geográfica tem uma porcentagem média maior do que os 55,1% do país sul-americano. E em uma comparação por país, nem mesmo mercados como Turquia, Tailândia, Índia e Indonésia, onde mais da metade das pessoas prefere o comércio on-line, superam o Brasil. Somente os consumidores da China têm mais apreço pelo comércio eletrônico (59,6% no gigante asiático dizem que preferem fazer compras on-line em vez de lojas físicas) do que os brasileiros”, analisa David Eastman, diretor-geral e comercial da YouGov na América Latina. Fonte: Abranet

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Drex, a moeda digital nacional, teve 500 operações de 11 instituições em 50 dias de piloto

Poder Executivo | 13/09/2023

O Banco Central (BC) informou que, em 50 dias de projeto piloto, 500 transações foram bem sucedidas no Drex, a moeda digital brasileira, e 11 instituições operam na rede. Segundo a autoridade monetária, os participantes do programa começaram a ser incorporados à plataforma no fim de julho. “De lá para cá, vários tipos de operações têm sido simuladas, tanto no atacado quanto no varejo”, disse o BC. De acordo com a autarquia, a primeira emissão de títulos públicos federais na plataforma Drex para fins de simulação foi realizada na segunda-feira (11). “Cada um dos participantes já habilitados recebeu uma cota da versão para simulação dos títulos públicos e, a partir de então, podem iniciar também a simulação de procedimentos de compra e venda desses títulos entre eles e entres clientes simulados”, afirmou. “Vários tipos de operações têm sido simuladas tanto no atacado quanto no varejo – como criação de carteiras, emissão e destruição de Drex e transferências simuladas entre bancos e entre clientes. Todos os participantes conectados já realizaram ao menos alguns desses tipos de transações, sendo que cerca de 500 operações foram conduzidas com sucesso”. Fonte: Abranet

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Governo sinaliza apoio a polo tecnológico binacional na fronteira Brasil-Uruguai

Poder Executivo | 12/09/2023 – 20h32min

Representantes do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação manifestaram, na Câmara dos Deputados, o apoio do governo federal à construção de um polo tecnológico binacional entre Santana do Livramento, no Rio Grande do Sul, e Rivera, no Uruguai. As duas cidades conurbadas formam a “fronteira da paz” e abrigam 154 mil habitantes. O Parque Tecnológico del Norte já está legalmente criado em Rivera e deve começar a funcionar em janeiro de 2024 com foco em empresas de inovação. O coordenador de ambientes inovadores e startups do Ministério de Ciência e Tecnologia do Brasil, Leonardo de Freitas, afirmou que Santana do Livramento também pode seguir a “trilha” que começa com espaços de coworking, parques-lab, incubadoras de negócios, aceleradoras de empresas e parque industrial até chegar ao polo tecnológico. “Um projeto de polo tecnológico binacional em parceria com o Uruguai é estratégico para nós pensarmos o Brasil do futuro e o desenvolvimento tecnológico brasileiro na próxima década”, explicou.

Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

'Big techs' devem pagar por conteúdo jornalístico nas redes, afirma especialista

Mercado | 12/09/2023 – 19h03min

As big techs, como Google e Facebook, devem pagar a imprensa tradicional pelo uso de seu conteúdo e o assunto deve ser regulamentado em cada país. A tese é da professora Anya Schiffrin, diretora de Tecnologia, Meios e Comunicação da Escola Internacional de Relações Públicas da Universidade de Columbia, em Nova York (EUA), no evento Mídias Digitais e Democracia, realizado no Senado na terça-feira (12). Uma das maiores referências globais no campo da regulamentação das gigantes tecnológicas, ela afirmou que o Brasil está adiantado no debate sobre a regulação das grandes mídias, citando o Marco Civil da Internet (Lei 12.965, de 2014) como exemplo. Anya apontou que o alerta de crise de informações veio em 2016 com a eleição de Donald Trump e o plebiscito que decidiu pela saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit). Com a pandemia de covid-19, ela afirmou que a ameaça se tornou uma questão ainda mais presente e que a onda de desinformação não será facilmente afastada. Ela alertou para novos desafios relacionados à política em 2024, ano de eleição presidencial nos EUA. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Anatel sozinha não daria conta de regulação digital, diz diretora da ANPD

Poder Executivo | 12/09/2023 – 18h21min

A regulação das plataformas digitais tem a Anatel como uma das candidatas para ocupar o posto de órgão regulador. Mas a ideia da agência como única responsável por essa operação no País também é questionada. “É reducionista imaginar um único regulador capaz de abarcar a totalidade de políticas públicas que incidem sobre o ambiente digital”, disse Miriam Wimmer, diretora da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD). A fala foi feita durante o Painel Telebrasil Summit 2023, na terça-feira, 12, em Brasília. A diretora da autoridade argumenta que a discussão exige delimitações mais precisas, de modo a definir o que será regulado e quais serão os objetivos por trás disso. Isso porque pautas como combate a desinformação, preservação da competitividade mercadológica, transparência algorítmica e até proteção de dados estão dentro do espaço cibernético. “São temas que envolvem olhares diferentes para o ambiente digital”, explicou Wimmer. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Comissão da Inteligência Artificial aprova plano de trabalho

Poder Legislativo | 12/09/2023 – 18h19min

Em votação simbólica, a Comissão Temporária Interna sobre Inteligência Artificial no Brasil (CTIA) aprovou na terça-feira (12) seu plano de trabalho, que prevê uma série de audiências públicas. Durante aproximadamente 90 dias, o colegiado reunirá representantes da sociedade que discutirão temas como propriedade intelectual, impactos da inteligência artificial (IA) no serviço público, lacunas na legislação vigente e análise comparativa da regulação da IA em outros países. O objetivo da CTIA é analisar, em 120 dias, o projeto de lei que regulamenta o uso de inteligência artificial (PL 2.338/2023), derivado do anteprojeto apresentado pela Comissão de Juristas sobre Inteligência Artificial em dezembro de 2022. De acordo com o plano aprovado na CTIA, a proposição deverá ter o objetivo de equilibrar o desenvolvimento tecnológico com a proteção da pessoa humana e do regime democrático. “Trata-se de proposta complexa e que nos exige cuidadoso esforço analítico, com vistas a primar pelo bem-estar do povo brasileiro, garantindo-se tanto crescimento econômico como social. Importante também ressaltar a necessidade de analisar o cenário internacional de regulação da matéria, de modo a manter, tanto quanto possível, uma coerência entre as normas”, salienta o texto do plano de trabalho. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Comissário da UE propõe atuação conjunta com Brasil no ambiente digital

Mercado | 12/09/2023 – 18h06min

O Comissário da União Europeia para mercado interno, Thierry Breton, defendeu um trabalho conjunto entre Brasil e o bloco europeu para a criação de regras para regular as plataformas. O francês, que apresentou um dos painéis do Painel Telebrasil Summit 2023, iniciado na terça-feira, 12, acredita que tal união é necessária porque tanto o Brasil quanto a UE passam pelos mesmos desafios regulatórios quando o assunto é o ecossistema digital. Encarregado pelas atividades da EU no ambiente eletrônico, Thierry Breton explicou que na Europa, os regramentos criados tiveram como foco inibir o poder das big techs e ao mesmo tempo trazer responsabilidades para as mesmas quando atuarem em território europeu. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Especialistas defendem ajustes na minuta para transferência internacional de dados

Poder Executivo | 12/09/2023

A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) realizou na terça-feira, 12, uma audiência pública para debater a norma para transferência internacional de dados pessoais. O encontro online reuniu as contribuições de 27 especialistas, que sugeriram diversas alterações na minuta elaborada pela autarquia. A proposta da ANPD, que está sob consulta pública desde 15 de agosto, define como os controladores de dados devem oferecer e comprovar garantias de cumprimento do regime de proteção de dados previsto na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), na forma de cláusulas contratuais com empresas e organismos internacionais. O texto afeta diversas aplicações tecnológicas que envolvem o armazenamento em nuvem e uso de data centers fora do país. Entre as críticas mais mencionadas no debate promovido ao longo de terça está o prazo para adaptação do mercado. A proposta da autoridade é de exigir as novas regras a partir de 180 dias após a publicação. Para advogados e entidades representantes de empresas, a carência deveria ser de um a dois anos. Fonte: Tele Síntese

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Comissão de IA mira ANPD como principal autarquia reguladora

Poder Legislativo | 12/09/2023

A Comissão Temporária Interna sobre Inteligência Artificial no Brasil (CTIA) do Senado Federal aprovou na terça-feira, 12, o plano de trabalho do colegiado, com os principais temas a serem debatidos. Entre os tópicos está a questão sobre qual será a entidade pública responsável pela regulação. O relator, senador Eduardo Gomes (PL-TO) mira a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD). “Eu acho que inteligência artificial conversa absolutamente com todas as agências reguladoras existentes no país e acho que é preciso fortalecer a ANPD, que é talvez a mais alinhada hoje com o tema. Que a gente tenha essa preocupação, porque dependendo do fortalecimento feito por essa comissão na instrução do projeto, nós podemos sair com a lei já prevendo o ambiente regulatório tranquilo, sereno e absolutamente instruído”, afirmou Gomes durante a sessão na tarde de terça-feira (12). O objetivo da CTIA é elaborar um substitutivo ao anteprojeto de Marco Regulatório da IA de autoria da comissão de juristas (PL 2338/23), identificando pontos sem consenso no texto. O cronograma prevê, aproximadamente, três meses de audiências públicas e mais 15 dias até a apresentação do relatório. Fonte: Tele Síntese

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Inteligência Artificial: a linha de frente do avanço industrial

Poder Executivo | 12/09/2023

A Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e a MWM discutiram, na terça-feira (12), em seminário, a “Aplicação da Inteligência Artificial na Indústria de Autopeças”, com a apresentação de resultados de solução criada a partir de edital de incentivo realizado pela Agência. O projeto aplicou inteligência artificial e machine learning em máquinas de usinagem CNC (Comando Numérico Computadorizado) para gestão de manutenção preventiva. De acordo com Michael Ketterer, diretor de operações & qualidade da MWM (uma empresa que integra o grupo Tupy), os resultados obtidos com o uso da inteligência artificial foram imediatos em “tempo de reparo, manutenção corretiva e o aumento de tempo entre um reparo e outro.” A MWM foi contemplada em dois editais da ABDI: Edital de Autopeças e Edital de Inteligência Artificial. Por meio de edital público, aberto em setembro de 2021, a ABDI selecionou e premiou quatro propostas de implementação de soluções em IA no país – a MWM foi uma das selecionadas. Cada empresa recebeu uma premiação de R\$ 375 mil a serem investidos na execução do projeto-piloto em todas as suas fases. “Mais que potencial, a inteligência artificial faz parte da realidade do avanço da tecnologia atual”, explica Isabela Gaya, analista de Produtividade e Inovação da ABDI. “A agência fomenta a adoção das tecnologias e compartilha as experiências na prática. Precisamos sempre estarmos atentos a novas iniciativas e tecnologias, a oportunidades de capacitação e mentoria, e em oferecer a ecossistemas como esse.” Fonte: ABDI

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

REFORMA TRIBUTÁRIA

Congresso reduziu espaço para cashback na reforma tributária, diz Appy

Poder Executivo | 13/09/2023 – 00h08min

As exceções instituídas pelo Congresso Nacional reduziram o espaço para a devolução parcial de tributos pagos pelos mais pobres sobre a cesta básica, disse na terça-feira (12) o secretário extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, Bernard Appy. Ele, no entanto, disse que o mecanismo, chamado de cashback, poderá ser instituído, mesmo que em escala menor que o originalmente previsto. “Ao optar por fazer desoneração da cesta básica e de outros produtos, o Congresso Nacional, vamos ser bem claros, reduziu o espaço para fazer o cashback. Não quer dizer que não terá. Existe a

possibilidade de ter o cashback, mas ele certamente será menor do que poderia ser”, afirmou o secretário no seminário Tributação e Desigualdades no Sul Global: Diálogos sobre Justiça Fiscal, promovido pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) e pela organização Oxfam Brasil. Durante a tramitação da reforma tributária na Câmara, os deputados incluíram uma série de bens e de serviços que pagariam metade da alíquota-padrão do Imposto sobre Valor Adicionado Dual (IVA Dual), como cesta básica, insumos para a agropecuária e serviços de educação e saúde privadas. Posteriormente, essa alíquota foi reduzida para 40% da alíquota padrão, com a criação de uma cesta básica nacional com alíquota zero. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Prefeitos vão ao Senado e pedem cinco mudanças na reforma tributária

Poder Legislativo | 12/09/2023 – 18h12min

Representantes dos municípios mais populosos do Brasil que integram a Frente Nacional de Prefeitos (FNP) se reuniram com o relator da reforma tributária no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), na terça-feira (12) para apresentar sugestões de alteração no texto que veio da Câmara. O objetivo é que cinco indicativos sejam convertidos em emendas no texto final para que os municípios mais populosos não sejam prejudicados com a reforma. A expectativa é que o texto seja votado no Plenário do Senado ainda em outubro, conforme previsão do próprio relator. “A receptividade do senador foi positiva. Agora vamos transformar isso em propostas e buscar senadores que as apresentem no Plenário para que possam ser debatidas e a gente busque esse consenso em uma discussão mais aprofundada com os entes federados, governos municipais e com a criação de mecanismos que não permitam que a reforma traga desequilíbrio federativo”, disse o presidente da FNP, Edvaldo Nogueira (PDT-SE), que também é prefeito de Aracajú (SE). Nogueira explicou que foi feito um balanço da reforma tributária e a FNP percebeu que o texto aprovado pela Câmara é prejudicial para aos prefeitos e prefeituras brasileiras, principalmente para as cidades mais populosas. No entendimento da FNP, os municípios mais populosos perdem com a reforma tributária. Fonte: Congresso em Foco

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Fazenda descarta telecom na alíquota reduzida da reforma tributária

Poder Executivo | 12/09/2023

O setor de telecomunicações se esforça para convencer governo e parlamentares de que um segmento tão essencial para a vida social, econômica e produtiva do país merece ter sua essencialidade reconhecida, especialmente na reforma tributária. Mas em que pese números e preocupações apontados durante o Painel Telebrasil 2023, na terça, 12/9, o Ministério da Fazenda deixou claro para o mercado de telecom que não há nenhuma intenção de incluir o segmento na relação de setores que, por também serem considerados essenciais, pagarão a alíquota reduzida. “Na Câmara foram aprovadas mais exceções do que gostaríamos, mais regimes favorecidos que o ideal, mas a estrutura e os pilares do IVA foram mantidos. Nosso trabalho é manter as premissas, se possível reduzir as exceções, evitar que novas exceções sejam acrescentadas ao texto e trabalhar para que a reforma seja aprovada e promulgada até o fim do ano”, disse a diretora na secretaria de reforma tributária do Ministério da Fazenda, Camilla Cavalcanti. Para as empresas de telecomunicações, isso implica em uma preocupação extra, diante do risco de que haja aumento de tributos para o setor. “Nossas empresas sofrem com o manicômio tributário brasileiro e por isso mesmo somos entusiastas da simplificação. Mas esse é o copo meio cheio. Não fomos incluídos nas exceções e não temos a força política para isso, como ficou claro na Câmara dos Deputados. E estamos diante de um longo período de ajuste, o que significa que o inferno das exigências atuais continua”, disse o presidente da Telcomp, Luiz Henrique Barbosa. Fonte:

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Equilíbrio fiscal não se faz só pela receita, diz Efraim Filho

Poder Legislativo | 13/09/2023 – 13h29min

O senador Efraim Filho (União Brasil-PB) disse na 4ª feira (13.set.2023) que o governo federal precisa ajustar seu discurso de aumentar a arrecadação e focar no corte de despesas. Segundo Efraim, o equilíbrio fiscal é construído por meio desse balanço, mas é muito mais confortável cobrar um aumento na receita do que promover uma diminuição dos custos. “O governo tem que estar atento que equilíbrio fiscal não se faz apenas pelo lado da receita. É muito bom você falar que precisa arrecadar mais para implementar políticas públicas e aumentar imposto. Calma, tem o lado da despesa, tem que pensar como é que eu vou reduzir despesas, diminuir custos?”, questiona o senador. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Queremos aprovar a desoneração da folha em outubro, diz Efraim Filho

Poder Legislativo | 13/09/2023 – 11h23min

O senador Efraim Filho (União Brasil-PB) disse na 4ª feira (13.set.2023) que o Senado deve votar a desoneração da folha de pagamentos em outubro. Em participação no Telebrasil Summit 2023, o senador também informou que o texto do projeto será pautado na CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) na 2ª quinzena de setembro. A proposta visa prorrogar o benefício para os 17 setores que mais empregam no Brasil por mais 4 anos, até o fim de 2027. Efraim explicou que apesar de ser uma medida que freia a arrecadação direta do governo, a desoneração da folha alivia a economia por meio do combate à informalidade no mercado de trabalho e da geração de empregos formais. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

IBP critica mudanças na tributação do ICMS nos Estados

Poder Executivo | 12/09/2023 – 20h32min

O IBP (Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás), principal órgão que representa o setor de combustíveis no Brasil, publicou nota na 3ª feira (12.set.2023) se posicionando contra parte do projeto de lei 136/23. A proposta pretende implementar 2 acordos entre a União, os Estados e Distrito Federal e que, segundo a entidade, prejudica a arrecadação tributária do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). Em nota, o IBP diz que “entende como inadequada a revogação do atual sistema de tributação monofásica com alíquotas ad rem, vigente desde maio de 2023, e sugere a supressão, em especial desta parte da proposta no texto do PLP 136/2023”. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Governo antecipará R\$ 10 bi para compensar perda de ICMS

Poder Executivo | 12/09/2023 – 18h13min

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, informou na terça-feira (12) que o governo federal irá antecipar R\$ 10 bilhões a estados e municípios para compensar a perda com o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). O valor estava previsto para ser repassado em 2024, mas será pago ainda este ano. De acordo com o ministro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva autorizou incluir a antecipação no

Projeto de Lei Complementar (PLP) 136/23, que trata das perdas de ICMS e está em tramitação na Câmara dos Deputados. “Isso significa uma compensação de R\$ 2,5 bilhões a mais para os municípios brasileiros. [O presidente Lula] nos autorizou a incluir isso hoje no PLP, que já teve aprovada a urgência na semana passada, e o relatório vai ser apresentado pelo deputado Zeca Dirceu [PT-PR e relator do projeto]”, afirmou Padilha. A expectativa do governo, conforme Padilha, é que o PLP 136/23 seja aprovado na quarta-feira (13) na Câmara dos Deputados e, em seguida, no Senado. Assim que aprovado, o governo iniciará os repasses aos estados, municípios e Distrito Federal. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Representante de companhias abertas critica MP que muda tributação sobre incentivos fiscais

Poder Executivo | 12/09/2023 – 15h09min

O presidente-executivo da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), Pablo Cesário, criticou na terça-feira (12) a medida provisória (MP) 1185. Apresentado pelo governo federal no fim de agosto, o texto muda as regras de tributação dos incentivos fiscais do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e retoma a diferença de regras na tributação federal para subvenções de custeio e investimento. Em almoço promovido pela Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE), em Brasília, Cesário afirmou que a MP 1185 e o fim dos Juros sobre Capital Próprio (JCP) representam “simplesmente aumento de carga tributária” e “podem inviabilizar” a reforma tributária mais ampla a renda. A MP, segundo ele, foi apresentada “de surpresa” e “altera radicalmente incentivos para áreas menos desenvolvidas”. “Essa medida acaba com a segurança jurídica”, afirmou, pedindo que os parlamentares presentes “se posicionassem contra” o texto. Cesário também voltou a criticar a proposta do governo federal de acabar com o JCP. “Que não avance, mas, se avançar, que avance de maneira racional”, disse.

Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

EDUCAÇÃO

Juscelino Filho pressiona teles por controle de entidade que tem R\$3 bi para conectividade escolar

Poder Executivo | 12/09/2023 – 16h56min

O ministro das Comunicações, Juscelino Filho, tenta emplacar um aliado político na presidência da Eace - Entidade Administradora da Conectividade de Escolas. O órgão sem fins lucrativos foi criado pelas operadoras para levar conectividade às escolas públicas do País, atendendo a uma exigência para que participassem do leilão do 5G, e tem um orçamento de R\$ 3 bilhões, o que faz crescer os olhos do meio político. A pressão de Juscelino para lotear o comando da Eace ocorreu no último dia 5, em reunião no seu gabinete. O indicado do ministro é Flávio Ferreira dos Santos. Quem acompanha as discussões diz que o objetivo do ministro é direcionar os recursos aos prefeitos do seu partido, o União Brasil. A reunião só foi divulgada na agenda do ministro no dia seguinte ao encontro e informa a lista de participantes. Do governo, além do ministro Juscelino Filho, participou o conselheiro da Anatel, Vicente Bandeira de Aquino Neto. Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

INFRAESTRUTURA

FGTS vai receber R\$ 4 bi de volta de seu fundo de investimento

Poder Executivo | 12/09/2023 – 18h10min

O FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) deve pedir de volta R\$ 4 bilhões em cotas do FI-FGTS (Fundo de Investimento do FGTS) na reunião de seu conselho curador, prevista para quarta-feira (13). Os recursos estão ociosos e, na visão do conselho, podem ter um melhor retorno em aplicações com prazos mais longos do que ficando disponíveis para o FI-FGTS. A pauta da reunião do Conselho Curador do FGTS também prevê a escolha dos novos membros do Conselho de Investimentos do FI-FGTS. Esse grupo é composto por seis indicados pelo governo federal, três por centrais sindicais e três por entidades patronais. Hoje, dos seis cargos do governo, quatro estão ociosos. Outra alteração que deve ser aprovada na próxima reunião do Conselho Curador do FGTS é a permissão para que o Pró-Moradia, programa do fundo destinado a famílias com rendimento mensal preponderante de até três salários mínimos, invista recursos também em projetos de reforma de imóveis e regularização fundiária. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Portaria sobre postes sai ainda em setembro, afirma Juscelino

Poder Executivo | 12/09/2023 – 13h35min

Na abertura do Painel Telebrasil Summit 2023, na terça-feira, 12, o ministro das Comunicações, Juscelino Filho, afirmou que a portaria conjunta da pasta com o Ministério de Minas e Energia (MME) sobre a política de compartilhamento de postes está pronta e será publicada até o final do mês de setembro. Segundo Filho, a demora na assinatura e na publicação da portaria conjunta se deu porque os municípios e suas associações pediram para entrar no debate. "É importante ouvir as associações dos municípios. Por isso a demora. Mas hoje, a portaria está madura. E temos uma pré-agenda na última semana de setembro lá no auditório do Ministério de Minas e Energia com essas entidades e o ministro para assinar a portaria", disse Juscelino Filho. Um dos pontos que constará na portaria é a diretriz sobre preços. Segundo o ministro das Comunicações, a ideia é buscar um modelo isonômico. "A questão da precificação será tratada de forma a criar um ambiente isonômico. Este problema é crônico e sabemos que não será resolvido da noite para o dia. Isso facilitará o crescimento da banda larga no país", disse Filho. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

MEIO AMBIENTE

Para advogado-geral da União, desenvolvimento econômico deve incorporar agenda da sustentabilidade

Poder Judiciário | 12/09/2023 – 18h50min

O advogado-geral da União, Jorge Messias, defendeu na terça-feira (12/09) que o desenvolvimento econômico nacional deve incorporar a agenda da sustentabilidade como condição para uma efetiva transição ecológica nacional. A declaração foi dada durante a presidência de um dos painéis do Colóquio Internacional Sobre Justiça Climática e Democracia, promovido pelo Supremo Tribunal Federal (STF). "Nós temos a oportunidade de promover uma ampla transição ecológica que vai viabilizar bilhões de recursos públicos e privados para promover uma transição energética, com investimentos na bioeconomia, na economia circular, na infraestrutura e na mobilidade e na agricultura sustentável, o que pode oportunizar milhares de empregos e renda para a população. Esse é um desafio fundamental que temos que discutir", avaliou o advogado-geral da União. "Não há como falar em Novo PAC e em uma nova agenda de desenvolvimento nacional — e essa é uma orientação de governo — sem falar necessariamente na subordinação à agenda da sustentabilidade",

completou. Fonte: ASCOM AGU

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ORÇAMENTO

'A partir de 2024, com avaliação de políticas públicas, falaremos de corte de gastos', diz Tebet

Poder Executivo | 12/09/2023 – 17h57min

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, afirmou na terça-feira, 12, que a avaliação de políticas públicas vai garantir que o governo possa tratar também do corte de gastos a partir do próximo ano. Ela voltou a dizer que, para o atual momento, sua preocupação é com a qualidade do gasto público, e não com as “tesouradas”. “Eu que sou mais fiscalista e liberal não tenho preocupação nesse ano com corte de gastos públicos. Agora é hora de pensarmos na qualidade (...) E a partir do ano que vem, com a secretária de avaliação de políticas públicas, nós começaremos a falar também de cortes”, disse Tebet, para quem a equipe econômica tem “muita frente” a partir do próximo ano para garantir a meta de déficit zero, não apenas pelo lado da arrecadação. Tebet destacou a criação de grupos de trabalho que vão se debruçar sobre a qualidade do gasto em políticas como o Bolsa Família, além dos benefícios previdenciários e do BPC. Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Debatedores avaliam possível aumento das despesas permitido pelo novo arcabouço fiscal

Poder Legislativo | 12/09/2023 – 17h42min

As despesas do Orçamento para 2024 (PLN 29/23) ainda podem crescer mais R\$ 15,4 bilhões em maio, de acordo com as regras do novo arcabouço fiscal. O cálculo, apresentado em audiência pública da Comissão Mista de Orçamento na terça-feira (12), leva em conta uma reavaliação que o governo fará do ritmo de crescimento das receitas até o mês de abril do próximo ano. O debate foi proposto pelo deputado Danilo Forte (União-CE), relator do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024 (PLN 4/23), e pelo senador Laércio Oliveira (PP-SE). De acordo com o consultor de Orçamento da Câmara Ricardo Volpe, o projeto do Orçamento trouxe um crescimento das despesas de 1,7% acima da inflação. Isso porque o arcabouço permite aumentar a despesa em até 70% da variação real das receitas até junho do ano em curso, que foi de 2,43%. No total, as despesas aumentam R\$ 115,3 bilhões em relação ao teto de 2023, atingindo R\$ 2 trilhões. Mas, para 2024, foi aprovada uma regra que permite um aumento de despesa de 2,5% acima da inflação, que é o teto do arcabouço, caso a receita real (acima da inflação) esteja evoluindo mais do que 3,5%. A diferença entre 1,7% e 2,5% corresponderia aos R\$ 15,4 bilhões. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Novo arcabouço elevou o status do orçamento público e é potente do ponto de vista fiscal, diz Paulo Bijos

Poder Executivo | 12/09/2023 – 16h40min

Todo o processo de elaboração, discussão e aperfeiçoamento do Regime Fiscal Sustentável – o novo arcabouço fiscal – foi muito rico, e o desenho final da lei aprovada elevou “o status desse instituto civilizatório que é o orçamento público”, disse na terça-feira (12/9) o secretário de Orçamento Federal, Paulo Bijos. “Agora o controle da despesa é puramente orçamentário. Consolida-se o entendimento de que o orçamento público é um

instrumento sério”, afirmou o secretário, em audiência da Comissão Mista de Orçamento (CMO) para discutir a nova regra. Ele ressaltou que o resultado obtido conta com balizas anticíclicas relevantes e é potente do ponto de vista fiscal, pois 96% das despesas primárias estão abrangidas pelas limitações do novo regime. “Isso mostra a robustez do modelo aprovado no Parlamento”, elogiou. Bijos destacou que as duas principais contribuições que o Ministério do Planejamento e Orçamento tem a fazer para a perenidade do novo arcabouço compõem, junto com o próprio regime, uma espécie de tripé. São a orçamentação de médio prazo e a revisão do gasto. “A orçamentação de médio prazo vai trazer maior clareza sobre o espaço fiscal futuro e melhores condições de subsidiar decisões alocativas”, disse o secretário. Com essa prática, acrescentou ele, “pretendemos superar a famigerada miopia alocativa e nos alinharmos às melhores práticas internacionais.” Fonte: ASCOM MPO

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

POLÍTICA

“Queremos estabelecer um diálogo intenso com o Congresso para acelerar investimentos no Brasil”, afirma Rui Costa em agenda na FCS

Poder Executivo | 13/09/2023 – 15h38min

O governo federal quer intensificar o diálogo com os parlamentares para a aprovação de pautas que destravam investimentos no Brasil. Foi o que afirmou o ministro da Casa Civil, Rui Costa, durante agenda com senadores e deputados da Frente Parlamentar do Comércio, Serviços e Empreendedorismo (FCS), na quarta-feira (13), em Brasília. “O nosso entendimento é que o governo é um facilitador dos atores econômicos. Temos total disponibilidade para sentar e conversar. Entendo que há muito mais consensos do que dissensos”, afirmou o ministro. No entendimento de Costa, além de beneficiar o Novo PAC, que prevê forte investimento privado, as pautas da área econômica em tramitação destravam a economia de modo geral. Dos exemplos apresentados pelo coordenador do governo, destacam-se o projeto que permite o leilão de dívidas tributárias de estados e municípios; o projeto que moderniza a lei de parcerias público-privadas e concessões; e o que prevê debêntures em infraestrutura. “Que possamos sentar, negociar e discutir alternativas de textos. Muitas vezes, o governo tem concordância de mérito com o parlamento e são pontos específicos que precisam ser esclarecidos. O veto, na minha opinião, é sinônimo de que algo deixou de ser discutido, com interlocução mais detalhada”, disse o ministro. Fonte: ASCOM Casa Civil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Centrão descarta Margarete Coelho no comando da Caixa e espera receber banco de 'porteira fechada'

Poder Legislativo | 13/09/2023 – 13h45min

Integrantes do PP afirmam que a ex-deputada Margarete Coelho (PP-PI) não será a presidente da Caixa Econômica Federal no lugar de Rita Serrano, como foi aventado. Caberá ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), indicar quem comandará o banco. O parlamentar disse a aliados que quer para o cargo um perfil que já tenha experiência na área e em quem possa confiar a gestão do órgão, que praticamente equivale a um ministério. O deputado analisa quatro nomes para a função, dos quais dois são homens e dois são mulheres, de acordo com pessoas próximas. O acerto de que caberá a Lira a indicação foi feito durante a negociação da minirreforma ministerial promovida pelo governo na última semana. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Governo vai discutir recursos para municípios em fórum

Poder Legislativo | 12/09/2023 – 22h18min

O líder do Governo na Câmara dos Deputados, José Guimarães (PT-CE), disse na 3ª feira (12.set.2023) que o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, pretende criar um fórum nacional para debater a situação financeira dos municípios e o fortalecimento da relação com as esferas federal e municipal. O congressista defendeu um repasse de recursos pela União mais “equânime” para as 3 divisões. Em conversa com jornalistas no Salão Verde, Guimarães afirmou que “é preciso uma pauta estrutural” para lidar com “a crise que os municípios enfrentam”. O petista disse que a proposta foi feita em reunião com Padilha junto a associações de municípios. “O ministro Padilha vai dar prosseguimento para montar esse fórum nacional de debate da relação federativa, que está quebrada”, declarou o deputado. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Mercado potencial de games no Brasil é tema de audiência

Poder Executivo | 12/09/2023 – 18h10min

A ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, conheceu a Plataforma Gamecon, iniciativa voltada para o desenvolvimento socioeconômico por meio do uso de games e suas tecnologias, durante audiência na terça-feira (12). O Brasil é o 3º maior mercado consumidor de games no mundo, mas ocupa a 13ª posição em termos de faturamento. A plataforma Gamecon atua em diferentes áreas como inovação, pesquisa educação e entretenimento. Por meio do Instituto Gamecon, busca promover uma ponte entre o setor público e a iniciativa privada com o objetivo de desenvolver e regionalizar o mercado de games no país, além de qualificar profissionais no setor. Segundo o presidente do Instituto Gamecon, Bruno Bandeira, o setor público pode ajudar a criar e estimular, por meio de mecanismos legais, um mercado nacional de games em que o desenvolvimento e o emprego fiquem no Brasil. “O MCTI pode apoiar a aplicação dos games na administração pública e em políticas de engajamento, informação e qualificação. São diversas aplicações com um mercado potencial gigantesco para os desenvolvedores de games nacionais”, reforça Bruno Bandeira. Fonte: ASCOM MCTI

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

PSDB diz que vai manter Eduardo Leite na presidência do partido e recorrerá de decisão judicial

Poder Executivo | 12/09/2023 – 17h29min

O comando nacional do PSDB afirmou na terça-feira (12) que recorrerá da decisão judicial, de primeira instância, que determinou o afastamento do governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, da presidência do partido. Em meio a uma crise interna, a direção tucana disse que Leite e a atual Executiva serão mantidos em seus cargos. Na segunda-feira, a juíza Thaís Araújo Correia, da 13ª Vara Cível de Brasília, determinou que o PSDB terá que realizar, no prazo de 30 dias, uma nova eleição dos integrantes de sua Executiva Nacional e declarou nula a comissão que definiu Eduardo Leite como presidente do partido. O questionamento à Justiça sobre a atual direção da legenda foi feito pelo prefeito Orlando Morando, de São Bernardo do Campo (SP), maior cidade governada pelo PSDB no país. Além de Leite, a decisão judicial atinge outros dirigentes, como os governadores Raquel Lyra, de Pernambuco, e Eduardo Riedel, do Mato Grosso do Sul, vice-presidentes do PSDB. Em nota divulgada na terça-feira, o PSDB diz que a sentença de primeiro grau “não produz efeitos imediatos na atual composição partidária” e afirmou que “não houve afastamento da atual Executiva nem do presidente”. “A decisão é de primeiro grau e vamos recorrer da sentença”, disse o partido na nota. Fonte: Valor Econômico

RELAÇÕES EXTERIORES

UE quer concluir acordo comercial com Mercosul neste ano, diz Von der Leyen

Mercado | 13/09/2023 – 08h58min

A União Europeia deve tentar concluir acordos de livre comércio com Austrália, México e Mercosul até o final deste ano, disse a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, na quarta-feira. Von der Leyen disse ao Parlamento Europeu, em seu discurso anual sobre o Estado da União, que a UE deveria então analisar possíveis acordos com a Índia e a Indonésia. A chefe da comissão disse que a União Europeia também está intensificando suas parcerias com países para aumentar o acesso da UE a minerais essenciais e disse que o bloco poderia convocar uma primeira reunião de um "clube de matérias-primas essenciais" com esses parceiros ainda este ano. Na segunda-feira (11), o presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, instou chefes de Estado e governo europeus a fazerem uma reunião com líderes do Mercosul para bater o martelo sobre o acordo UE-Mercosul até o final de 2023, quando termina a presidência pro-tempore do Brasil no bloco sul-americano – ou então abandonar as negociações do tratado comercial. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TRABALHISTA

Governo cria grupo de trabalho para combater desigualdade salarial

Poder Executivo | 12/09/2023 – 16h33min

O governo federal lançou na 3ª feira (12.set.2023) um Grupo de Trabalho Interministerial para elaborar o Plano Nacional de Igualdade Salarial e Laboral entre Mulheres e Homens. O evento teve a presença dos ministros Luiz Marinho, do Trabalho e Emprego, Cida Gonçalves, da Mulher, e Esther Dweck, da Gestão e Inovação. O programa deverá contemplar não só questões sobre salário e remuneração, mas também condições de trabalho, oportunidades de carreira, e divisão das responsabilidades familiares, como cuidado dos filhos, além de aspectos étnico-raciais. “A sobrecarga de trabalho doméstico faz com que as mulheres ocupem funções de menor qualificação, postos de trabalho mais precarizados e informais, e leva à menor presença das mulheres nos cargos de direção”, disse Cida. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Setor Comercial Norte, Quadra 1, bloco F, Ed. America Office Tower, sala 128, Asa Norte, CEP 70711-905, Brasília-DF
Tel./Fax: +55 (61) 3327 1289 – home-page: <http://www.foco-legislativo.com.br> – e-mail: foco@foco-legislativo.com.br